

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
ÓVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 28ª Sessão (Extraordinária) — Realizada em 2 de Maio de 1972 (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Ivo Tomazoni.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Quenroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (38); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Igo Losso, Muggiati Filho, Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Votos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que aprova sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

Discussão Única — da Proposição n. 96-71, Veto aposto ao Projeto de

Lei n. 22-70, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo, promover através do Departamento de Estradas de Rodagem, o asfaltamento da Estrada que liga Centenário do Sul a PR-71, passando por Miraselva. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 3, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 97-71.  
Levanta-se a sessão.

## 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 29ª Sessão Ordinária — Realizada em 2 de Maio de 1972 (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Armando Quenroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Fuad Nacli, Santos Lima e Wilson Brandão (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Igo Losso, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva (10).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### MENSAGEM

15/72

Senhor Presidente:

Em aditamento a Mensagem 1-72, de 3 de abril do corrente ano, que encaminhou a essa Augusta Assembléia Legislativa anteprojeto de lei dispondo sobre concessão de abono ao funcionalismo civil e militar do Estado e majoração de vencimentos aos Membros da Magistratura e do Ministério Público, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que a redação do artigo 2.º, do citado anteprojeto, seja substituída pela que segue:

“Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são majorados em 12% (doze por cento) a partir de 1.º de maio de 1972”.

A mensagem aditiva ora formulada se faz oportuna e necessária, tendo em vista que, suprimindo omissão havida, dever-se-á incluir nas disposições do artigo 2.º, do questionado Plano de Lei, expressa referência de que os Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, e bem assim, o Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são, da mesma forma que os Membros do Ministério Público, abrangidos pela majoração concedida à Magistratura.

A alteração proposta justifica-se face os preceitos contidos nos parágrafos 3.º e seguintes, do art. 41, da Constituição Estadual, que asseguram aos já mencionados Conselheiros, Auditores e Procuradores, as mesmas garantias e prerrogativas atribuídas aos Desembargadores, e, também, pelo fato de que as majorações, aos vencimentos da Magistratura não mais se estendem automaticamente àqueles cargos da Corte Estadual de Contas, como ocorria anteriormente ao advento da Emenda Constitucional n. 3, de 29 de maio de 1971.

Certo de que a alteração proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

### OFÍCIOS:

Sob o n. 319-72, do Senhor Mário Faraco, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, acusando o recebimento do Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Gabriel Manoel. — Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Sob o n. 386-72, do Senhor Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba, acusando o recebimento do Requerimento de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, consubstanciado em voto de gozo pelo transcurso do 279.º Aniversário de Fundação de Curitiba. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Do Senhor Prefeito Municipal de Primeiro de Maio, convidando o Presidente desta Casa para participar dos festejos em comemoração ao Dia do Trabalhador. — Ao conhecimento do Senhor Presidente.



**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 9-72.

**Requerimento**

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão um voto de regozijo pela criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, a ser mantida pelo Centro Educacional e Assistencial Dom Carlos, da cidade de Palmas, neste Estado.

Palmas, Senhor Presidente, cidade mais antiga e centro cultural da vasta região do Sudoeste do Paraná já conta com uma admirável Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que está formando centenas de jovens Professores do Paraná e do Oeste de Santa Catarina.

A excelência do funcionamento dessa Faculdade, fato reconhecido pelo próprio Conselho Federal de Educação em recente manifestação — e o sentido de visão histórica dos seus Diretores e dirigentes, levaram à adoção de uma medida destinada a ter grande repercussão em toda a região, em termos culturais, qual seja a de criar uma Universidade, com possibilidades mais amplas e responsabilidades maiores objetivando o nascimento de novos cursos na própria sede da Escola, mas também, nos Municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, requer-se do presente seja dado conhecimento integral a Sua Excelência Revendíssima Dom Agostinho José Sartori Bispo Diocesano de Palmas e Diretor Presidente do Conselho Diretor do Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa voto de pesar pelo falecimento, nesta Capital do Doutor Caetano Munhoz da Rocha Filho, membro de tradicional família paranaense que muitos vultos ilustres tem dado à nossa História.

Requer, outrossim, que seja dado ciência do presente à família enlutada. Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — Borsari Netto.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado ao Exmo. Senhor Secretário da Fazenda e Ilmos. srs. Diretores do Banco do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma Agência daquela instituição oficial de crédito na sede do Município de Mariópolis.

Tal requerimento, Senhor Presidente, justifica-se em vista do formidável desenvolvimento que vem obtendo não só o Município, mas toda uma região da qual é outro polarizador, inclusive de áreas do vizinho Estado de Santa Catarina, que esta sua safra e cujos negócios são feitos em grande parte no Estado do Paraná, em razão da proximidade territorial. Ocorre, entretanto que apesar de toda essa perspectiva nenhuma agência bancária ainda lá se instalou, o que dificulta sobremaneira as transações comerciais e até o próprio funcionamento dos órgãos públicos, visto como o próprio pagamento dos servidores é feito na sede do Município de Pato Branco.

Requer-se, outrossim, seja do presente dado conhecimento por ofício ao Senhor Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário que a Assembléia Legislativa envie, ainda hoje, telex ao Ministro Jarbas Passarinho da Educação e Cultura, e ao Senhor João Havelange, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos apelando no sentido de que sejam incluídos dois clubes do Paraná no Campeonato Nacional de Clubes deste ano.

**JUSTIFICATIVA:**

A Assembléia Legislativa do Paraná não pode ficar insensível ao grande movimento que se processa, presentemente, em todos os setores de atividades do Estado, com o decidido apoio do Governador Parigot de Souza, da Federação Paranaense de Futebol, da imprensa escrita falada e televisionada, além dos desportistas e o povo em geral, no sentido de que o Paraná fique em condições de igualdade com relação a outros Estados, que já contam com a participação de dois clubes no Campeonato Nacional.

Estam-se cientes de que a Federação Paranaense de Futebol vem de apresentar à CBD amplo relatório expondo a situação do futebol paranaense no cenário nacional, não só pela alta expressão de seus clubes, como também pelo montante das arrecadações verificadas durante o Campeonato Nacional de 1971 e, também, no atual Campeonato Paranaense, o que comprova e justifica cabalmente, as nossas excelentes condições de participar com dois clubes de futebol no próximo Campeonato Nacional.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, a retirada do Requerimento por mim apresentado na Sessão de 25 de abril último e registrado sob n. 17-25.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — Hélio Manfrinato.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, aos Senhores Secretário de Obras e Educação e Cultura, bem como ao Senhor Diretor da FUNDEPAR, no sentido de que aquelas autoridades adotem medidas no sentido de acelerar as obras de restauração

e reconstrução do antigo prédio da Prefeitura Municipal de Curitiba, destinado a servir de sede ao Museu Paranaense, atualmente pessimamente instalado em prédio alugado e que nem de longe serve aos seus objetivos.

Os jornais de Curitiba há vários dias vem denunciando ao público as lamentáveis condições em que se encontra o Museu Paranaense e o fato da paralização das obras do antigo prédio da Prefeitura Municipal de Curitiba, para onde será transferido o Museu Paranaense, de acordo com o Convênio assinado entre a Municipalidade e o Governo do Estado em 1970.

Requer-se, outrossim, seja do presente dado conhecimento ao Professor Oldemar Blassi, Diretor do Museu Paranaense, graças a quem o Museu tem sobretudo, apesar de todos os obstáculos e dificuldades.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Há aproximadamente um ano, o Deputado que este subscreve, encaminhou apelo ao então Secretário da Educação e Cultura, solicitando que fosse normalizada a situação das zeladoras contratadas pelo Estado.

Na oportunidade, o líder do Governo asseverou, em Plenário, que estudos estavam sendo realizados e a situação das zeladoras seria devidamente equacionada.

Ocorre, porém, que até agora nada foi feito. Inúmeros Senhores Deputados já endereçaram apelos ao Senhor Chefe do Poder Executivo e ao Senhor Secretário da Educação, pedindo uma solução.

Apesar de cumprirem com seus deveres as zeladoras continuam em situação totalmente irregular, a saber:

- a) — atraso permanente no pagamento de seus vencimentos;
- b) — salários abaixo do mínimo regional;
- c) — Não recolhimento das contribuições previdenciárias;
- d) — recebimento de apenas nove meses de salário;
- e) — falta de anotação na Carteira do Trabalho; e
- f) — não pagamento de férias e 13.º salário.

Todas essas irregularidades precisam ser sanadas no mais breve espaço de tempo possível, pois além de prejudicar as partes interessadas, poderão também, comprometer seriamente o Estado com órgãos da Administração Federal.

Por outro lado, não se sabe, exatamente, a extensão do problema pois não se conhece o número de zeladoras contratadas e em situação irregular, quais as providências que estão sendo adotadas, e quando será normalizado o pagamento de seus salários.

Por essas razões, Senhor Presidente, requeremos a V. Exa. que, após ouvido o Plenário na forma regimental seja dirigido ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura o seguinte pedido de informações:

1.º — Qual é o número de zeladoras contratadas pelo Estado?

2.º — Por que razão o Estado não vem cumprindo suas obrigações legais junto ao Ministério do Trabalho e ao I.N.P.S. com referência a essas zeladoras?

3.º — Quais as providências adotadas pela Secretaria da Educação a fim de normalizar a irregularidade?

4.º — Em que prazo será normalizado o pagamento dos salários das zeladoras contratadas?

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — Maurício Fruet.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições, vem na forma regimental, requerer após ouvido o Plenário, autorização para apresentarem esta Casa de Leis no Município de Francisco Beltrão, nas Exposições a serem realizadas naquele Município de 02 a 07 de maio próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1972.

(aa) — Arizone Araujo, Cândido Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues Júnior.

**Projeto de Lei n. 42-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública Estadual, a congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — Antonio Costa.

**JUSTIFICATIVA:**

A Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação é uma sociedade civil e religiosa, essencialmente assistencial, beneficente, educativa e cultural. Visa a formação intelectual espiritual e moral de milhares de crianças e adultos. Cuida de hospitais e ambulatórios, de orfãos, da juventude e da infância: em muitos municípios há obras mantidas por suas sócias.

Assim, nada mais justo que considerá-la de Utilidade Pública Estadual, o que no momento submeto à apreciação dos distintos Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Tivemos a satisfação de receber, hoje, oriundo do sr. Governador do Estado, o seguinte Ofício: (Lendo)

“Sr. Deputado — ao acusar o recebimento do Ofício n. 15-72, venho agradecer a colaboração que V. Exa. deseja prestar ao Governo do Estado, enviando sugestões para a elaboração de um plano que visa o equacionamento do problema econômico-social com que se depara Antonina, em razão do fechamento das Indústrias Francisco Matarazzo S.A.

Tenho a satisfação de comunicar a V. Exa., que determinei o encaminhamento do referido expediente à Comissão de Planejamento Estadual, para apreciação e estudos para a medida sugerida.”

Este ofício que acabo de receber e trago ao conhecimento da Casa, tem por objetivo justificar um requerimento que hoje apresentamos, vasado nos seguintes termos: (Lendo)



**"Requerimento"**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja endereçado ao Senhor Governador do Estado um voto de congratulações face às providências por ele adotadas com vistas a recuperação econômica da região de Antonina.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972."

A Justificativa, Sr. Presidente, srs. Deputados diz o seguinte: (Lê) "Quando do recesso parlamentar desta Assembleia tivemos a honra de encaminhar, ao Senhor Governador do Estado, um estudo sugerindo algumas medidas que poderiam ser tomadas pelo Executivo, notadamente na área econômico-social através à ação dos órgãos específicos da administração estadual. Tivemos conhecimento, através da imprensa, de que nos dias 2, 3 e 4 do corrente em Antonina representantes do BADEP, Departamento de Geografia Terras e Colonização, Secretaria de Agricultura, Secretaria da Educação e dos Transportes, juntamente com técnicos da Coordenação Estadual de Planejamento debaterão e procurarão soluções que venham atender as necessidades coletivas daquela cidade.

A região do litoral do Estado, vem se ressentindo há muito tempo, de apoio do Governo no aproveitamento das oportunidades econômicas que apresenta.

Acreditamos que esses técnicos terão oportunidade de observar muito dos problemas, não só de Antonina, mas de toda a região litorânea, propor soluções bem como executá-las face a grave situação que se defronta o litoral paranaense".

Isto srs. Deputados, em síntese, faz com que nós nos parabenzemos com o sr. Governador, que aproveitou uma iniciativa nossa na qual propunhamos uma série de reivindicações e apresentávamos algumas soluções, e exatamente como disse no Expediente, Sua Excelência designou uma Comissão de alto nível para ver se encontra solução para aquele Município.

Nós, nesta oportunidade, entendemos que o nosso trabalho não foi em vão — se bem que contestados por alguém à oportunidade, alguém que não enxerga um palmo diante do nariz mas que nos contestou através da imprensa dizendo que não somos defensores de Antonina.

De fato não somos defensores de Antonina, mas sim, somos defensores do Paraná! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para o Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Três objetivos nos trazem à Tribuna neste Pequeno Expediente; o primeiro é para trazer um Ofício que encaminhamos, por escrito, à Mesa desta Assembleia, no sentido de que os órgãos responsáveis do Governo do Estado acelerem com a máxima brevidade, as obras de reconstrução e restauração do antigo prédio da Prefeitura Municipal, que foi destinado, de acordo com termos de convenio assinado em 1970 pelo ex-Governador Paulo Pimentel e pelo ex-Prefeito da Capital, sr. Omar Sabbag, a ser sede do Museu Paranaense.

Os jornais da Capital tem, reiteradas vezes, denunciado ao povo paranaense as lamentáveis condições em que se encontra o Museu Paranaense, a ponto de que apenas 20% do seu acervo histórico está à disposição das pessoas que lá chegam, isto porque o Museu hoje está sediado em um prédio alugado e em péssimas condições. Desde que a Prefeitura de Curitiba mudou-se para o Centro Cívico, gestiona-se no sentido da restauração do antigo prédio. Entretanto, por motivos até agora inexplicados, não se chegou ao término daquela obra. Daí porque apelamos ao Governo do Estado, unindo a nossa voz à voz dos que têm reclamado o aceleramento destas obras. O segundo motivo, sr. Presidente, é para apelar publicamente ao sr. Governador, ao sr. Secretário da Fazenda e à Diretoria do Banco do Estado, no sentido de que instale com a brevidade possível, uma agência do Banco do Estado na sede da região do meu Município do Município de Maripólis para que atenda parte da comercialização de troca de valores de grande e vasta região dos Municípios de Santa Catarina. Entretanto, nenhuma agência bancária tem este Município. Já apelamos várias vezes pessoalmente à Diretoria do Banco do Estado, que tem em mãos um volumoso processo enviado pela Prefeitura Municipal de Maripólis, provando substancialmente a necessidade da abertura desta agência. O último motivo, sr. Presidente, srs. Deputados, da minha presença nesta Tribuna é para constatar com satisfação e com alegria que o Sudoeste paranaense acaba de dar um grande passo, no sentido do progresso cultural e educacional, uma vez que, em reunião recentemente realizada em Assembleia Geral do Centro Pastoral e Assistencial D. Carlos entidade mantenedora da atual Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas, houve por bem, aquele órgão, iniciar o processamento e transformação da Faculdade em Universidade do Sudoeste do Paraná. É uma vez mais a iniciativa privada a Igreja Católica adiantando-se ao poder público e trazendo satisfação ao grande anseio do Sudoeste, a criação da Universidade da nossa região. Esta Universidade poderá inclusive, instalar alguns cursos em outras cidades do Sudoeste, tais como Pato Branco e Francisco Beltrão atendendo assim à ansia e demanda da educação da juventude do Sudoeste do Paraná e em grande parte da juventude do Sudoeste de Santa Catarina. Ao finalizar e atendendo solicitação do sr. Deputado João Mansur, Líder da ARENA nesta Casa, passo a ler um telegrama que S. Exa. recebeu nesta data, consubstanciado nos seguintes termos: (Lendo)...

(A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquígrafo)

Ainda no mesmo sentido um telegrama do Presidente Nacional da ARENA, senador Filinto Muller, dirigido ao deputado João Mansur, que diz o seguinte: (Lendo) — (Idem). — Era esta Sr. Presidente, a comunicação expedida pelo eminente Presidente João Mansur. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente e srs. Deputados. Dois assuntos referentes a um só Projeto, trazem-me à Tribuna neste pequeno espaço do Pequeno Expediente.

Quero referir-se, srs. Deputados, à Mensagem Governamental que tramita nesta Casa, criando o Conselho de Contribuintes e de Recursos Fiscais, uma aspiração antiga que se realiza aos poucos. Na verdade, havia necessidade de um órgão técnico de segunda instância que julgasse as pendências existentes ou que viessem a existir, entre o fisco e o contribuinte.

A Mensagem Governamental traz muita coisa de nova e de interessante. No entanto faço duas ressalvas: A meu ver, como técnico no assunto, e como contribuinte também, entendo que há dois pontos que precisam ser revisados. E para isto, eu pediria a cooperação da liderança da Bancada e de todos os srs. Deputados.

O primeiro ponto, refere-se à organização. Não posso entender como um órgão técnico, e justamente num instante em que muito se fala em tecnologia, se despreze aos técnicos. Por isso, propugno pela inclusão, entre os Conselheiros deste órgão, de um Contador indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade e de um Advogado indicado pela Ordem dos Advogados, seção do Paraná.

O segundo ponto, srs. Deputados, diz respeito à tramitação e seus recursos voluntários e obrigatórios.

Diz a Mensagem Governamental que após o julgamento do Conselho de Contribuintes, somente caberá recurso quando a Fazenda perder, recurso que será cabível depois da decisão do Colegiado, a ser julgado pela Secretaria da Fazenda, embora digo que será apenas, quando não houver decisão unânime do Colegiado.

Sr. Presidente e srs. Deputados, entendo que um órgão de representação, onde se assentam o mesmo número de elementos indicados pelo Governo do Estado e pelos contribuintes, as decisões, os deveres e as obrigações devem também ser paritárias.

Por isso, propugno que os recursos depois do julgamento pelo Colegiado sejam iguais, tanto para o Poder Público como para os Contribuintes.

Na verdade, não se pode deixar ficar como está na Mensagem, que recursos de qualquer valor possa somente a Fazenda recorrer para a Secretaria da Fazenda.

Portanto, propugno que haja entre a Fazenda e o contribuinte, identidade de direitos e deveres.

Daí porque entendo que somente poderá haver recurso da decisão do Colegiado para o Secretário da Fazenda em processo de valores iguais ou superiores a 200 vezes o salário mínimo e com direitos iguais tanto para a Fazenda do Estado, como para os contribuintes, a fim de que estes órgãos paritários distribuam também justiça paritária. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Gilberto Carvalho, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago hoje desta Tribuna, dois assuntos de grande importância e que são de interesse de todo o Estado do Paraná e da preocupação de todos nós Deputados. Refiro-me à situação das serventes e da Furxepar.

Há questão de uns 8 dias: eu ocupava esta Tribuna e abordava o assunto com referência ao problema em que se encontravam as serventes, no Estado do Paraná.

Recebi, em data de ontem, um ofício da União das Zeladoras e Inspetoras de Alunos do Paraná UZIAP, agradecendo e convidando para participar de uma reunião da União das Serventes e Inspetoras de Alunos, para abordar o assunto.

Julguei interessante trazer ao conhecimento desta Casa antes de participar desta reunião, como já disse, que é de interesse e preocupação de todos nós Deputados. E penso estudar e debater com a nossa Bancada a possibilidade até da constituição de uma Comissão Especial para estudar o caso.

Quando ocupei a Tribuna outras vezes, falando sobre as serventes, referi-me também à dotação orçamentária de 10 milhões, 845 mil cruzeiros e de que uma comissão designada para estudar o assunto pensava numa forma de distribuir esta verba. Fazia-se o cálculo de 5 horas e 30 minutos, para que se pudessem pagar também a previdência social às serventes. Hoje nós estamos diante de um outro fato, é o novo salário mínimo: 249 cruzeiros. E se voltar esta Comissão outra vez, a fazer este cálculo, na base de 5 horas e 30 minutos de serviço a servente terá que ganhar Cr\$ 8,32 a hora. Ou seja, por mês, 171 cruzeiros e sessenta centavos. Com um desconto para o INPS de Cr\$ 13,70, receberá Cr\$ 157,90, mais o décimo terceiro salário e o salário família.

Baseados neste cálculo, o total que o Governo deverá despendar durante um ano, porque por justiça a servente deve ganhar os doze meses e não os dez como vem recebendo, o total é de 11 milhões 531 mil 510 cruzeiros mais o 13.º salário, 960 mil cruzeiros e os encargos com previdência social, dois milhões 186 mil 184 cruzeiros irá atingir à casa dos 14 milhões 678 mil 664 cruzeiros, necessitando, de qualquer forma, de uma suplementação de verba na ordem de três milhões 831 mil 664 cruzeiros.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, na última semana quando V. Exa. apreciou da Tribuna o problema das zeladoras contratadas pelo Estado, coincidentemente no instante em que o Deputado Domicio Scaramella se referia a este assunto, nós pensávamos e o nosso raciocínio foi de solidariedade com V. Exa., principalmente porque há um ano atrás, assim como V. Exa., o Deputado Domicio Scaramella e tantos outros colegas, também havíamos interpelado palidamente esta Tribuna porque razão não se normalizava a situação das zeladoras contratadas. E nos foi dito, na oportunidade, conforme lembrou V. Exa. da Tribuna, na semana passada, que uma Comissão Especial estava integrada, estava a par da situação e deveria, em pouco tempo, apresentar uma solução favorável para atender aos anseios destas serventes. Porém este espaço de tempo decorreu e nada foi feito para solucionar o problema e a situação é idêntica a de um ano atrás — atrasos permanentes, irregularidades sérias junto ao INPS e junto ao Ministério do Trabalho, irregularidades sérias com o atraso de pagamento de três meses de salário durante o ano, irregularidades sérias com a falta de pagamento do 13.º salário a que as zeladoras contratadas fazem jus. Por estes motivos interpelamos hoje, oficialmente em nome desta Casa o Sr. Secretário de Educação e Cultura pedindo informações. V. Exa. lembrou bem a instituição por esta Casa, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, onde não só as autoridades ligadas ao Executivo estavam partindo em busca de uma solução, mas nós também, Deputados, estaríamos colaborando com o problema que também conhecemos, em busca da sua solução. Por este motivo aceite os nossos cumprimentos por sua ideia e temos certeza de que tal pedido de informações irá trazer subsídios para que esta Casa tome uma posição definida em torno do assunto que efetivamente necessita de uma solução.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa. que só vem enriquecer o meu pronunciamento e devo afirmar que pensei até na constituição de uma Comissão Especial para que se chegue a uma solução definitiva e não em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Creio que a algum pedido de informação feito por V. Exa. poderei atender, mediante dados que possuo em mãos.



Srs. Deputados, com esta nova situação que encontramos face ao novo salário mínimo, a dotação orçamentária não é suficiente. Já com o salário anterior não o era. Estas serventes receberam o último pagamento em dezembro e não receberam janeiro e fevereiro porque seu contrato não previa o recebimento destes dois meses. Não receberam também março e abril porque esta Comissão não encontrou uma solução e é necessário que haja a suplementação da verba. Por este motivo pedimos a constituição de uma Comissão para, se necessário, chegar-se a uma solução.

Na realidade, em janeiro e fevereiro as serventes não recebem e isto não é justo; é preciso que recebam estes dois meses. Quero mencionar que verificando a Consolidação das Leis do Trabalho, vemos em seu artigo 451 que "o contrato de trabalho é por prazo determinado e que, se tácita ou expressamente for prorrogado por mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo". Considera-se de prazo indeterminado todo o contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado.

Vejam, Srs. Deputados, que as serventes que foram contratadas no ano passado até 31 de dezembro, e voltaram a serem contratadas em 1.º de março, dois meses depois, elas sendo contratadas automaticamente, farão jus ao pagamento desses dois meses, percebendo, por conseguinte, doze meses. É uma justiça que se faz às serventes porque, embora em tempo de férias, elas fazem plantão para manter limpo e bem zelado esses estabelecimentos de ensino.

Verho fazer, nestas condições um apelo ao Sr. Secretário de Educação para que essas serventes recebam, o quanto antes, esse pagamento e que seja dada uma solução para que nós, Deputados, quando voltamos ao Interior, e nos encontramos em nossos municípios com essas serventes, possamos dizer a elas da solução encontrada.

Recebi um convite da União de Serventes e Inspetoras de Alunos do Paraná, e se eu participasse dessa reunião o que poderia dizer, como Deputado, sobre a solução que poderia ser dada a esse problema?

Portanto é preciso que encontremos uma solução para que possamos dar uma notícia à altura a contento dessas humildes serventes que precisam ser recompensadas pelo seu trabalho.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero associar-me ao pronunciamento que V. Exa. está fazendo nesta tarde.

Realmente esse problema das zeladoras vem preocupando esta Casa de há muito tempo. Inclusive já foi motivo de um requerimento do Deputado Maurício Fruct. E agora V. Exa. aborda o assunto com muita propriedade, a fim de que essas zeladoras que, no cumprimento de seu dever, vêm diuturnamente prestando seus serviços ao Estado e não têm recebido, algumas delas, seus vencimentos.

Quero, nesta oportunidade, convidar V. Exa. e o Deputado Maurício Fruct para, juntos, irmos, amanhã, às 9 horas, a uma audiência que já marquei com o Sr. Secretário de Educação a fim de tratarmos desse assunto para sabermos quais as razões e as providências que estão sendo tomadas para pôr fim a este estado de coisas que vem prejudicando essas miseráveis zeladoras de nosso Estado.

Em relação ao problema das contratadas, das recibadas, tenho a satisfação de comunicar a V. Exa. que já se encontra em fase final uma Mensagem do Governo que será encaminhada a esta Casa e que irá solucionar, definitivamente, o problema dessas dez mil e trezentas recibadas, ou contratadas do Estado.

De modo que acredito tão logo chegue a Mensagem a esta Casa, o problema das contratadas e das recibadas, terá um fim.

Cumprimento V. Exa. e deixo o convite a V. Exa. e ao Deputado Maurício Fruct, que é autor de um requerimento nesse sentido, para que, amanhã, compareçamos à Secretaria de Educação para ouvirmos de S. Exa., o Sr. Secretário, as providências que estão sendo tomadas para equacionar e resolver esse problema tão angustiante de nosso Estado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, eminente Líder João Mansur, o aparte de V. Exa., e agradeço a sua boa vontade em entrar em contato com S. Exa. o Sr. Secretário de Educação, para encontrarmos uma solução para essas humildes serventes, solução essa, que não será pedida em meu nome, nem no de V. Exa., ou do Deputado Maurício Fruct, mas é uma solução pedida e esperada por todos nós Deputados, porque sei que todos estamos preocupados em encontrar uma solução, não só quanto ao pagamento, mas também quanto à assistência social, para que elas tenham melhores condições de vida.

O Sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero parabenizar-me com V. Exa. por este belo pronunciamento que vem fazendo na tarde de hoje. Sr. Deputado, recebi carta da cidade de Mariluz, onde essas infelizes serventes se encontram há 6 meses sem receber vencimentos. Então, nesta oportunidade em que o Líder da ARENA nesta Casa faz esse convite a V. Exa. e ao nobre Deputado Maurício Fruct, gostaria que V. Exa. levasse amanhã, ao vivo, a informação ao Sr. Secretário de Educação, que a cidade de Mariluz também se encontra na pior situação, em todo o Estado do Paraná, em consequência do problema das serventes. Nesta oportunidade, quero agradecer a V. Exa., esperando que amanhã seja levado esse fato ao Sr. Secretário.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradavelmente, recebemos o aparte-mensagem do Líder da ARENA e do Governo nesta Casa, Deputado João Mansur, com o convite para comparecermos amanhã, em companhia de S. Exa. à audiência junto ao Secretário de Educação. Gostaria de esclarecer aos companheiros desta Casa que, apesar da visita que, com muito prazer, volto a repetir, realizaremos amanhã, não obstei o pedido de informações hoje requerido porque esta Casa terá uma resposta daquela autoridade com relação ao problema ora em discussão. Temos convicção de que todos estão empenhados em buscar a solução ideal para o problema, porém essa solução deve transitar por vias oficiais e, dessa maneira, gostaria que o pedido de informações fosse aprovado na sessão de hoje.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. trata verdadeiramente de um assunto que tem preocupado de um modo geral aos contratados de todo o Estado do Paraná. Creio que não existe Município neste Estado, que não possua algum número de pessoas trabalhando para o Estado, nas condições a que V. Exa. se refere nesta Tribuna. Esclarecimentos são solicitados a mim e creio que a todos os Deputados quando percorrem suas regiões. O problema se reveste de aspecto mais sério porque ele tem um alto significado e conteúdo humano, já que as pessoas que trabalham para o Estado, nessas condições, estão vivendo dias de penúria face ao trasto com que o Estado vem pagando seus vencimentos. Creio que se faz necessária manifestação oficial por parte do Estado, acerca do esclarecimento da matéria e, acredito que nada mais próprio para esse

esclarecimento oficial do que a resposta ao requerimento de informações formulado pelo Deputado Maurício Fruct. É preciso que esta Casa entenda que o requerimento de informações quando formulado honestamente, é uma forma de se colher pronunciamento oficial do responsável pelo setor administrativo do Estado ao qual está afeto o Governo. Poderíamos fazer um requerimento convocando o Secretário de Educação para vir a esta Casa dar esclarecimentos. Acredito que o Deputado Maurício Fruct tomou a medida mais certa, moral e materialmente, porque, aprovada por esta Casa, tenho certeza de que todos os Deputados que aqui estão vivem esse problema, porque ele é de fato um problema humano, e não se negarão a apoiar o requerimento formulado pelo Deputado Maurício Fruct e assim, em breves dias, nós teremos nesta Assembleia o pronunciamento oficial do Governo acerca desse assunto e, com essa resposta, poderemos partir para nossas regiões prestando, finalmente, aqueles esclarecimentos que nos têm sido solicitados, variadas vezes, sempre que para elas nos dirigimos.

Agradeço o aparte e consigno o apelo do MDB para que os Srs. Deputados apoiem o pedido de informações formulado pelo Sr. Deputado Maurício Fruct.

O SR. GILBERTO CARVALHO — O que mais nos interessa Sr. Deputado, não é a informação de quantas serventes existem no Estado, não é o pagamento, mas a solução definitiva.

Creio que, na visita que faremos amanhã ao Sr. Secretário de Educação, poderemos encontrar uma forma de atender e levar às nossas regiões a notícia de que uma solução foi encontrada para o problema das serventes.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. fala da Tribuna sobre assunto que também é do meu conhecimento, e isto não poderia deixar de ser, porque na última Legislatura inúmeras vezes ocupei a Tribuna para falar sobre os contratados, faturados, recibados, como queira V. Exa..

Naquela ocasião, ainda no Governo do sr. Paulo Pimentel, sugeri que fosse criado um quadro auxiliar para atender às quinze mil serventes que existem ou que então elas fossem incluídas no quadro próprio do funcionalismo porque não tinham, nem elas e nem suas famílias, garantia do Estado. Assim sendo, o ex-Governador Paulo Pimentel determinou que fosse lavrado um Decreto para que essas contratadas pudessem regularizar sua situação com o Estado do Paraná, e deu-lhes um prazo até o dia 20 de maio de 1971 para que requeressem e pudessem, desta maneira, realizar aquilo que há muito vinham pleiteando. Não sei porque motivo até a presente data o DESP não deferiu um caso sequer, não indeferiu também, no sentido de que essas contratadas passassem a pertencer ao quadro próprio ou auxiliar do funcionalismo público do Estado.

O assunto que V. Exa. trata neste momento é referente a 15 mil famílias do Estado do Paraná. Queria apenas, neste aparte, dizer do meu empenho na Legislatura anterior e o que pude fazer em prol dessa classe.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a V. Exa.. Amanhã, devei receber um memorial das Serventes do Paraná para ser encaminhado a S. Exa. o Sr. Secretário de Educação referente a este assunto.

Outro assunto é com referência à FUNDEPAR, pois existem professores contratados talvez nas mesmas condições das serventes.

Antes, procurando o Sr. Superintendente da FUNDEPAR para ver como ficaria a situação das professoras contratadas nos Grupos Escolares do Estado, em cujos Grupos havia falta de professoras, e que no ano passado foi concedida pela FUNDEPAR, uma verba às Prefeituras, as quais contratavam as professoras com esta verba e, ajudadas também com uma participação do Município, e recolhendo INPS.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não vai aqui nenhuma irreverência, ao contrário, dou os parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento, porém, apenas uma pergunta eu faria a V. Exa.: V. Exa. fala em FUNDEPAR, este órgão existe, ou não? Formulou esta pergunta embora sendo um componente da Bancada governista, porque a impressão que se tem é de que ele não existe, embora tenha sido colocado lá um técnico, segundo dizem mesmo assim não funciona! Por esta razão, considero que o que foi dito por V. Exa. dessa Tribuna doravante, será perda de tempo, eis que este órgão não existe.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. foi mais objetivo, e eu creio que no final do meu pronunciamento daria realmente para pensar que ele não existe mesmo. Mas, Srs. Deputados, este ano procuramos a FUNDEPAR para sabermos qual a solução que seria dada a estas professoras que estavam lecionando no Grupo Escolar. Fui informado pelo Superintendente, que somente em maio poderia dar uma solução, mas não prometeu o pagamento, não disse se as contrataria ou não. Perguntamos como seria, se as aulas teriam início a 17 de fevereiro, e que por isto os Prefeitos nos perguntavam como seria, o que aconteceria nos Municípios que não tinham professoras, se poderiam ou não tinhamos a solução, porque o Superintendente nos havia dito que somente em maio ele teria a solução para o problema.

Tomei a liberdade de dizer-lhes que contratassem as professoras nas mesmas condições do ano passado, enquanto nós iríamos procurar uma solução, pois que, se não fosse tomada esta medida, teríamos que dispensar 40% dos alunos, por falta de professoras.

Pois bem: estas professoras estão lecionando sem nada receberem até hoje, e sem saber quando, como e quanto irão receber. Dissemos que receberiam nas condições do ano passado, e precisamos encontrar uma solução, pelo menos aquela pequena importância do ano passado, aquela pequena ajuda dada aos Municípios, a fim de que possam pagar as professoras que vêm lecionando desde o início de fevereiro.

Outro problema difícil na FUNDEPAR: receber as verbas junto ao Ministério de Educação, de fazer a aplicação desses recursos.

Foi destinada para a Residência de Maringá, uma Residência que atende 25 Municípios — dentro destes 25 Municípios existem alguns por mim representados — a importância de 40 mil cruzeiros, para reparos de Grupos Escolares; somente um Grupo Escolar que existe em São Pedro do Ivaí, vai ficar o orçamento da sua reforma, em 27 mil cruzeiros. Creio que com essa verba, um Engenheiro Residente nada poderá fazer, a não ser dar um passeio até os Grupos, trocar algumas fechaduras, voltar, deixando o Grupo nas mesmas condições anteriores.

Da mesma forma na Residência de Araporangas, alguns Municípios que apresentam estão em péssimo estado.

Tenho aqui em mãos um Ofício do Prefeito do Município de Borrazópolis, dizendo das condições em que se encontra aquele Grupo Escolar: (Lê)

— (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico).

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. faz da Tribuna, algumas considerações a propósito da atuação da Fundepar e aborda exatamente a região que V. Exa. representará nesta Casa ainda há, assim, pelo que nós podemos entender, uma deficiência deste



órgão no que se refere às unidades escolares. Lamentavelmente, no da região que representamos, Noroeste do Paraná, este órgão não é conhecido lá. A região nossa tem uma carência de salas de aula que não é fácil a gente analisar, mas para V. Exa. ter uma idéia, so na sede do Município de Paranaíba há uma carência hoje de mais de mil lugares para o Ensino Médio. Inúmeros relatórios foram encaminhados a este órgão que V. Exa. citou da Tribuna e a S. Exa. o Sr. Secretário de Educação. Entretanto, apesar do tempo, desde o início do ano passado, de 71, os Diretores dos Estabelecimentos de Ensino Médio de Paranaíba, apesar de ter encaminhado à Fundepar e a S. Exa. o Sr. Secretário de Educação relatórios de todos os estabelecimentos de Ensino Médio e Primário, solicitando a construção de novas salas de aula naquele Município, até hoje não há nenhuma notícia de que fim se deu aqueles relatórios e V. Exa. citou reparos; é triste e vergonhosa a situação em que se encontram os estabelecimentos de ensino de nossa região. Inúmeras reivindicações foram feitas para reparos e nós não temos notícia e não sabemos como está sendo equacionado este problema, quando o Governo Federal se preocupa, e muito, com a educação, quando acompanhamos e notamos que o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, tem feito às entidades estaduais para que dêm a educação do Brasil, para que cumpram aquelas metas que o Município vem implantando em nossa Pátria e aqui no Paraná, no setor de educação, parece que o Estado está completamente bitolado, desvinculado do Governo Federal, de forma que as considerações que V. Exa. faz da Tribuna queremos participar delas, porque na nossa região é triste a situação do ensino.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço. É este o motivo de minha presença nesta Tribuna, é sabendo da preocupação e S. Exa. o Sr. Presidente da República, é sabendo da preocupação do Sr. Governador do Estado; é preciso que tome conhecimento deste órgão que já funcionou e não vem funcionando há algum tempo. É preciso que este órgão da Fundepar, encarregado de aplicar e angariar recursos, tome a iniciativa e vá onde for preciso, porque ficar dizendo que não existe, não há necessidade disto; é preciso que se movimente e traga os recursos para aplicar, porque já não se fala em construção. Estes reparos do grupo de S. Pedro do Ivaí que é um grupo construído no tempo do Sr. Moyses Lupion, está com o seu pé direito de dois metros a descoberto e eu estou pedindo reparos porque já pedimos a construção, já escrituramos o terreno, está pronto para receber a construção, mas não conseguimos nenhum reparo. É preciso que este órgão volte a funcionar, e que dê condições ao Departamento de Edificações e Obras e ao Engenheiro Residente para que execute este plano de obras, para que possa dar melhores condições a estes alunos, a fim de que os professores possam retransmitir os ensinamentos a estes alunos.

O SR. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria inicialmente de congratular-me com V. Exa. pela exposição brilhante e objetiva que vem fazendo da Tribuna, com relação aos assuntos educacionais.

A primeira parte do seu pronunciamento concernente às zeladoras que trabalham em prédios públicos do Estado, já foi creio, coroada de êxito, pela manifestação do eminente líder da nossa Bancada, propondo uma visita sua e mais do Deputado Maurício Fruct a Secretaria, para um entendimento. E este esclarecimento se faz necessário entre aquele órgão e este Poder, com relação a este problema tão bem abordado por V. Exa. e que vem realmente afligindo milhares de famílias neste Estado.

Com relação ao segundo aspecto do seu pronunciamento, a falta de operosidade da fundação educacional do Paraná, no que se refere às suas atribuições específicas, sem desejo de fazer uma defesa sem procuração, gostaria de sugerir a V. Exa. e ao eminente Líder da nossa Bancada, Deputado João Mansur e ao Deputado Maurício Fruct, que vão amanhã à Secretaria de Educação e Cultura, que passem na Secretaria ao lado, na Secretaria da Fazenda, e constatem pessoalmente, o quanto a Secretaria da Fazenda cortou o orçamento da FUNDEPAR este ano, na verba da quota estadual de Ensino. Sabe V. Exa. que a FUNDEPAR manuseia aquele tipo de verbas federal e estadual e, segundo me consta, por informações extraoficiais, este ano a FUNDEPAR não recebeu daquilo que lhe era devido da quota estadual, sequer um centavo. E as verbas que está manuseando são as providas do Governo Federal.

Evidentemente, isto não justifica e não abstrai a responsabilidade dos dirigentes da FUNDEPAR, que como diz V. Exa. não devem alegar falta de recursos. Mas a título de esclarecimento, sugeriria a esta Comissão que estará em contato com o Secretário de Educação, que mantenha também contato com o Secretário da Fazenda, e apele a S. Exa. no sentido de que libere pelo menos parte do Orçamento da FUNDEPAR, no que se refere à quota estadual de Educação. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. abordou com muita propriedade o problema da FUNDEPAR. V. Exa. que tão bem desempenhou a sua função jurto à Fundepar. Creio que ela pode conseguir as verbas federais, e precisa em contrapartida de recursos estaduais. Aí eu vejo a falta de operosidade da direção da Fundepar, de levar ao conhecimento de S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, o que vamos fazer junto com o eminente Deputado João Mansur, amanhã, requerer ao Secretário da Fazenda a liberação de verbas. Mas, deveria o Superintendente levar toda esta sua ação, levantamentos que tem do Estado do Paraná com referência ao ensino, salas de aula e falta de servente, e pedir a liberação de verbas. Creio que isso viria atender e pelo menos daria uma esperança e orientação a estes Prefeitos que vêm procurar a Fundepar. Tenho visto alguns Deputados a reclamar que, quando vão à Fundepar, ficam esperando para serem atendidos e que pouco resolve porque, quando atendidos, não existe cordição alguma.

Encerrando Sr. Presidente, Srs. Deputados, este pronunciamento creio que com esta disposição do nobre Líder eminente Deputado João Mansur, amanhã neste encontro com o Secretário de Educação e, atendendo à sugestão apresentada pelo Deputado Cândido Martins de Oliveira, passando pela Secretaria da Fazenda, vamos ver se encontramos uma solução para atendimento a estes casos angustiantes e que vem preocupando a todos nós. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Antonio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 56-70, que autoriza o Poder Executivo a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, Convenio com o Município de Ortigueira para fins que especifica. — **Aprovado.** DECRETA:

#### Redação Final do Projeto de Lei n. 56-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convenio com o Município de Ortigueira, para a execução dos serviços de asfaltamento e obras complementares da via que liga a sede daquele Município à BR-376 (Rodovia do Café), numa extensão de 1.400 mts.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor sa data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Alvaro Dias.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 115-70, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa desta Capital. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto de Lei n. 115-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar a Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, situada a rua General Carneiro 679, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator.

Alvaro Dias.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 170-70, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convenio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma Ponte, na forma que especifica. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 170-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convenio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para construção de uma ponte que ligará os dois Municípios, sobre o Rio Pirapó.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Alvaro Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 14-71, que autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, firmar Convenio, com os Municípios de Marumbi, e Cambira, para execução de uma Ponte sobre o Rio Marumbi. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 14-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convenio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com os Municípios de Marumbi e Cambira, para a construção de uma ponte sobre o Rio Marumbi, ligando os Municípios de Marumbi e Cambira, já projetada pelo referido Departamento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 45-71, que autoriza o Poder Executivo transferir para o D.E.R., o trecho de Rodovia Municipal entre Mallet Município de Mallet, e a Barra do Potinga de São Mateus do Sul. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 45-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, melhoria e retificação, trecho da rodovia municipal que liga a sede do Município de Mallet à localidade denominada Barra do Potinga, Município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 65-71, que transfere ao D. E. R., para fins de conservação, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, no Município do mesmo nome. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 65-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga a sede do Município da Lapa ao local denominado Gruta do Monge, no mesmo Município.



Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 95-71, Mensagem n.º 11-71 en- caminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a inclusão do Parágrafo que especifica, ao Artigo 53, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 95-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica incluído, no Art. 53, da Lei n.º 6.174, de 16 de novem- bro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná, um parágrafo terceiro, com a redação seguinte:

Parágrafo 3.º — Não haverá expediente aos sábados nos órgãos da Admi- nistração direta e indireta do Estado, exceção daqueles que, pela sua na- tureza especial de segurança, ensino, saúde e imprensa, sejam imprescin- díveis à comunidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 129-71, que declara de Uti- lidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Mandaguauçu. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 129-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, de Mandaguauçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 158-71, que autoriza o Poder Executivo, elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros), a pensão mensal concedida pela Lei n.º 168-61, de 11 de setembro de 1961, a Rosa Dias Teixeira, filha do ex-Deputado Estadual Gordiano Dias de Almeida Ba- tista. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 158-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros) a pensão mensal concedida pela Lei n.º 168-61, de 11 de setembro de 1961, a Rosa Dias Teixeira, filha do ex-Deputado Estadual Gordiano Dias de Almeida Batista.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da do- tação própria consignada no Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 203-71, que declara de Utili- dade Pública, o Clube dos Doadores de Sangue da cidade de Londrina. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 203-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Clube dos Doadores de Sangue de Londrina, sediado na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 221-71 — Mensagem n.º 24-71, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois oitocentos e sete cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, sobre a Dotação 71-3.7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimen- tação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, nas consignações que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 221-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito espec- ial no valor de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970, sobre a Dotação 71-3.7-60-05-3, Programa Pes- quisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agro-

pecuária, Unidade Executiva Departamento de Extensão e Fomento, nas consignações abaixo:

3.0.0.0 —	DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 —	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 —	CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	56.415,00
4.0.0.0 —	DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0 —	INVESTIMENTOS	
4.1.3.0 —	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	166.392,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o ar- tigo anterior, de acordo com o art. 43, parágrafo 1.º, inciso III da Lei Fe- deral n.º 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, na mesma Dotação, Programa e Subprograma, nas consignações abaixo:

3.0.0.0 —	DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 —	DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.2.0 —	MATERIAL DE CONSUMO	54.000,00
3.1.3.0 —	SERVIÇOS DE TERCEIROS	118.807,00
3.1.4.0 —	ENCARGOS DIVERSOS	50.000,00

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo- gadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 234-71 — Mensagem N.ºs 26 e 33-71, abrindo crédito especial de Cr\$ 162.991,90 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e um cruzeiros e noventa centavos), para o aten- dimento de despesas com os Festejos Comemorativos da "Semana da Pá- tria". — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 234-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até o limite de Cr\$ 152.991,90 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e um cruzeiros e noventa centavos), destinado a atender despesas com os festejos comemorativos da "Semana da Pátria".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 261-71 — Mensagem n.º 40-71, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação e dá outras pro- vidências. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 261-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos emprés- timos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná COHAPAR, com o Banco Nacional da Habitação e a conferir ao referido Banco os poderes para levantar junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, na forma do disposto na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 e, na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Es- tadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários suficientes para responder pelo débito corri- gido e demais encargos contratuais, decorrentes dos empréstimos concedidos pelo BNH à COHAPAR.

§ 1.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação, na hipótese de a Companhia de Habitação do Paraná não efetuar no vencimento, os pagamentos das obrigações assu- midas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional da Habitação e constantes do § 2.º deste artigo.

§ 2.º — A fiança é outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em cumprimento aos contratos já celebrados com o Banco Nacional da Habi- tação, sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para implantação, já realizada de conjuntos residenciais populares nos Mu- nicípios de Londrina, Maringá, Paranavaí, Cidade Gaúcha, Nova Londrina, Jacarezinho, Ribeirão Claro — Telêmaco Borba — Clevelândia — Ponta Gros- sa e Curitiba.

Art. 2.º — A autorização de que trata esta Lei, é fixada na importância inicial de 310.588,1477 UPC (trezentos e dez mil, quinhentos e oitenta e oito UPC e mil quatrocentos e setenta e sete décimos milésimos de UPC), que cor- responde aos valores consignados nas planilhas de retorno, corrigidos mone- tariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Mo- netário Nacional para as ORTN.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. De- putado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pe- lo falecimento do Sr. Caetano Munhoz da Rocha Filho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Arizone Araújo, Cândido Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando autorização para representarem esta Casa de Leis no Município de Francisco Beltrão nas exposições a serem realizadas nos dias 2 a 7 de maio próximo vindouro. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, solicitando re- gime de urgência para o Projeto de Lei n.º 9-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Edu- cação e Cultura, no sentido de que seja normalizada a situação das zeladoras contratadas. — Em discussão.



O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, em face às providências por ele adotadas com vistas à recuperação da região de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja enviado telex aos Srs. Ministro da Educação e Cultura e ao Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, no sentido de que sejam incluídas dois clubes no Paraná no Campeonato Nacional de Clubes deste ano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, a ser mantida pelo Centro Educacional e Assistencial Dom Carlos, da Cidade de Palmas, neste Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente solicitando seja enviado expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários de Obras e Educação e Cultura e ao Sr. Diretor da Fundepar, no sentido de que aquelas autoridades adotem medidas no sentido de acelerar as obras de restauração e reconstrução do antigo prédio da Prefeitura Municipal de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado Expediente aos Srs. Secretários da Fazenda, Diretores do Banco do Estado do Paraná e ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja instalada uma agência daquele instituição oficial de crédito na sede do Município de Marianópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando apoio às sugestões apresentadas pelos Srs. Deputados Wilson Fortes e Erondy Silvério ao Projeto de aumento de vencimentos do funcionalismo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando a retirada do requerimento anterior, de sua autoria. **Deferido.** Fica retirado o requerimento que já estava com sua discussão adiada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211-71;

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20-71 e dos Projetos de Lei n.ºs 193-71, 280-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 279-70, 278-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 319-70, 34-71 e 292-70.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIA:

PORTARIA N.º 144-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 281, de 27 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a João Maria Serpa, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 02 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### 2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA ATA DA 1.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel e com as presenças dos senhores deputados Xenofonte Villanueva, Aguinaldo Pereira Lima, Pinto Dias e Antonio Belinati, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos; como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior, a seguir foram relatados os seguintes processos: **PROPOSIÇÃO N.º 23-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor deputado Nivaldo Kruger, na importância de Cr\$ 29.966,00 (vinte e nove mil, novecentos e sessenta e seis cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 32,00 a recolher Cr\$ 2,00, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 24-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, na importância de Cr\$ 29.989,43 (Vinte e nove mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros e quarenta e três centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 9,70 a recolher Cr\$ 0,87, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 25-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Borsari Neto, na importância de Cr\$ 29.900,00 (vinte e nove mil, e novecentos cruzeiros), faltando recolher a importância de Cr\$ 100,00, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 43-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Maurício Fruet, na importância de Cr\$ 29.993,00 (Vinte e nove mil, novecentos e noventa e três cruzeiros), faltando recolher ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 7,00, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 80-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Basília Zanusso, na importância de Cr\$ 29.698,40 (Vinte e nove mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros e quarenta centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 20,00 a recolher Cr\$ 281,60, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 81-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Marciano Baraniuk, na importância de Cr\$ 29.972,75 (Vinte e nove mil, setecentos e noventa e dois

cruzeiros e setenta e cinco centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 80,75, a recolher Cr\$ 126,50, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 82-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Armando Queiroz, na importância de Cr\$ 29.896,75 (vinte e nove mil, oitocentos e noventa e seis cruzeiros e setenta e cinco centavos), faltando recolher ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 103,25, totalizando a importância de 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 83-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, na importância de Cr\$ 29.999,11 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove cruzeiros e onze centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 0,06 a recolher Cr\$ 0,83, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 85-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Pinto Dias, na importância de Cr\$ 29.945,39 (vinte e nove mil, novecentos e quarenta e cinco cruzeiros e trinta e nove centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 13,97 a recolher Cr\$ 40,64, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 86-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Igo Losso, na importância de Cr\$ 29.991,00 (Vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 9,00, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 87-71**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Antonio Maciel Filho, na importância de Cr\$ 29.362,00 (vinte e nove mil, trezentos e sessenta e dois cruzeiros), faltando recolher ao Tesouro Geral do Estado a importância de 638,00 (seiscentos e trinta e oito cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 88-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social, do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, na importância de Cr\$ 29.956,52 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e seis cruzeiros e cinquenta e dois centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 5,00 a recolher Cr\$ 38,48, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 89-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, na importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 90-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado João Mansur, na importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 94-72**, prestação de contas pela verba de Assistência Social do Senhor ex-Deputado Acyr José e Luiz Roberto Soares, na importância de Cr\$ 29.765,00 (vinte e nove mil, setecentos e sessenta e cinco cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 135,00 a recolher Cr\$ 100,00, totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. **PROPOSIÇÃO N.º 95-72**, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, na importância de Cr\$ 29.955,00 (Vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 45,00, totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Relator Deputado Xenofonte Villanueva, parecer favorável. **APROVADO.** Solicitando a palavra o Senhor Deputado Pinto Dias, propôs, o encaminhamento de uma relação das contas aprovadas à Tesouraria dessa Casa, com a finalidade de ser dado baixa da responsabilidade dos senhores deputados, posta em votação a proposição foi aprovada por unanimidade. A seguir o Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima solicita a palavra, propondo que sejam transformadas em Resolução as proposições ora aprovadas, colocada em votação a mesma foi aprovada. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Alberto Carazzai Neto, secretário, lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme será por mim, pelo Senhor Presidente e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1972.

LEOPOLDO JACOMEL — Presidente

ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário

Xenofonte Villanueva — Pinto Dias — Aguinaldo Pereira Lima

Antonio Belinati.

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### 2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois reuniram-se na Sala das Comissões às quinze horas e cinquenta minutos, os membros da Comissão de Terras Imigração e Colonização com a presença dos senhores deputados Arizone Araújo, Sebastião Rodrigues, Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk e Francisco Escorsin, com o fim específico de instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da mesma, de acordo com o artigo 40; Parágrafo Único do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Francisco Escorsin, havendo número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão. Procedida a eleição e verificada a votação; por unanimidade foram eleitos os senhores deputados Arizone Araújo e Sebastião Rodrigues para a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Os eleitos foram de imediato empossados em seus cargos assumindo a Presidência o Senhor Deputado Arizone Araújo, usou da palavra para agradecer a confiança de seus pares que o reelegeram para tão honroso cargo e ressaltou o seu propósito de conduzir esse órgão Técnico da Assembléia Legislativa do Estado, dentro do regime de trabalho e dignidade Legislativa. Logo após concedeu a palavra aos senhores deputados presentes e que dela quisessem fazer uso, como ninguém usou da palavra o Senhor Presidente estabeleceu que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência. Na oportunidade convocou o funcionário Agilides de Oliveira Martins, para exercer a função de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata; que depois de lida e achada conforme, será por mim, pelo Senhor Presidente e demais membros, assinada para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1972.

aa) ARIZONE ARAUJO — Presidente

ALCIDES OLIVEIRA MARTINS — Secretário

Marciano Baraniuk

Francisco Escorsin



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, após o término da Sessão Plenária; reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz e presentes os Senhores Deputados Muggiati Filho, Emilio Carazzai, Santos Lima, Luiz Roberto Soares; Cândido Manoel Martins de Oliveira, Ovidio Franzoni e Mauricio Fruet. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. O Senhor Deputado Emilio Carazzai requer a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Deferido. Nada havendo para constar da Hora da Expediente passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 3-72 de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Denomina Deputado Olivio Belich, um dos Grupos Escolares desta Capital. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 9-72, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Referenda alienação de área de terras com 242.968m<sup>2</sup>, situadas em Morro Caieras, Município de Guaratuba. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 14-72, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei 4.980 de 7.12.64, que declarou de utilidade pública o Asilo São Luiz. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 27-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 6-72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa fazer reverter ao patrimônio do Município de Paranaguá, área de terras que especifica. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 28-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 7-72, encaminhando anteprojeto de Lei que introduz alterações à Lei 5.971, de 24.7.69, que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agropecuário. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 67-71, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Acresce ao parágrafo do artigo 47, da Lei 5.871 de 9.11.68, o inciso seguinte: IV — por necessidade da educação. Relator Deputado Ovidio Franzoni. O Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira requer vistas do Projeto. Deferido. 7) — PROJETO DE LEI N. 109-71, de autoria do Poder Executivo, digo, Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo incorporar ao Sistema Estadual de Ensino Primário, o Curso mantido pela Associação de Pais e Mestres do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 154-71, de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz. Autoriza o Poder Executivo transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz, do Município de Terra Boa, e dá outras providências. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 170-71 de autoria do Senhor Deputado Antonio Costa. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de São Jorge do Ivaí, um Curso Colegial, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: contrário. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 210-71 de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Transfere ao DER a estrada que liga Vila Grábia, no Município de Salto do Lontra, via Estrela do Iguaçu, a Porto Bonito, no Município de Catanduvas. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 218-71, de autoria do Senhor Deputado Antonio Costa. Cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Jorge do Ivaí. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer contrário. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 264-71, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes. Autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Telemaco Borba, mais um Estabelecimento de Ensino do ciclo colegial, para funcionar no ano de 1972. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: contrário. Aprovado. 13)

— PROJETO DE LEI N. 265-71, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes. Autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que liga Imbaú a cidade de Telemaco Borba. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N. 266-71, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati. Declara de utilidade pública a Associação de Colaboradores da Escola para Surdos Epheta, com sede nesta Capital. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N. 267-71, de autoria do Senhor Deputado Antonio Costa. Autoriza o Poder Executivo doar um veículo jeep, à Delegacia de Polícia da cidade de Guaraniagu. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: contrário. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N. 268-71, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores Maria Junqueira Schmidt, com sede na cidade de Maringá. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N. 269-71, de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araujo. Autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 100,00, a pensal mensal de Ester de Oliveira Ribas, concedida pela Lei 4.302, de 23.12.60. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N. 272-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisostomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo construir, através da SVOP, um prédio para o Ginásio Estadual da sede do Município de Iguaçu. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: contrário. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N. 279-71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Kruger. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, a estrada municipal que liga Palmeirinha, no Município de Guarapuava, ao Município de Palmital, passando pelos Distritos de Cerro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer favorável. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N. 285-71, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Outorga título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N. 287-71, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal à viúva Stazir de Souza Oliveira, cado da Polícia Militar do Estado, falecido no cumprimento do dever. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N. 286-71, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Guapirama. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N. 296-70, de autoria do Senhor Deputado Seme Scaff. Autoriza o Poder Executivo desapropriar uma área de terras de 5.000 m<sup>2</sup>, nesta Capital, para ampliação do Colégio Estadual Rio Branco. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: contrário. Aprovado. 24) — PROPOSIÇÃO N. 102-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 45-71, encaminhando cópia do termo aditivo ao convênio celebrado em 18.8.68, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável, com o respectivo Projeto de Resolução. O Senhor Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira pede a palavra para solicitar à Presidência que o seu Projeto de Lei de n. 18-71, seja redistribuído, tendo em vista o mesmo haver estado em diligência à Secretaria de Educação e Cultura, e foi devidamente informado. Estando, portanto em condições de ser novamente distribuído para apreciação desta Comissão. Deferida a solicitação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Armando Queiroz, presidente, encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária.

aa) ARMANDO QUEIROZ — Presidente  
RITA CELESTINO SOARES — Secretária